

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
68000007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

HOMENAGENS

Campeões da Superliga de Vôlei recebem medalhas do Parlamento

Página 3

Casan apresenta solução para estação de estabilização de São José

Página 7

Audiência Pública discute prevenção à gripe aviária

Eduardo Guedes de Oliveira



No encontro, técnicos asseguraram que Santa Catarina está preparada para conter a doença, caso ela chegue ao país

Página 6

Parlamento trabalha para resolver greve no magistério estadual

Os deputados Simone Schramm (PMDB) e Paulo Ecel (PT) foram escolhidos para integrar o Fórum Permanente da Educação, que participa

das negociações entre o governo e a categoria, atendendo solicitação da categoria para que o Legislativo auxilie no processo.

Carlos Kilian



Estudantes também pediram intermediação da Assembléia

Página 7

Sessão abre encontro de Conselhos Tutelares

Eduardo Guedes de Oliveira



Representantes dos órgãos que atuam na proteção e no apoio à criança, ao adolescente e à família lotaram as galerias da Casa, no dia 11. Sessão especial marcou o lançamento do VII Encontro Estadual dos

Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente e da mobilização pró-construção da Escola de Formação para os Agentes Operacionalizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

OPINIÃO

Rizicultura, articulação e organização

A crise enfrentada pelos rizicultores catarinenses com o baixo preço pago pela saca do produto, abaixo do custo de produção, traz à tona uma questão que temos discutido na Comissão de Agricultura de Assembléia Legislativa e em todos os fóruns de debates, desde o início do mandato: a necessidade de organização dos agricultores. A prática da monocultura associada a um nível insipiente de organização e articulação fragiliza os agricultores familiares e coloca em risco a sobrevivência da cadeia produtiva.

Apesar de um desempenho exemplar, com a melhor média de produtividade do país, os rizicultores não estão organizados em cooperativas e não dispõem de estruturas de secagem e armazenagem. Por isso não podem se beneficiar da política de preço mínimo do governo federal (que realiza a compra direta da produção) e são forçados a vender a colheita de arroz para as indústrias de beneficiamento pelo preço que

elas estiverem dispostas a pagar. E a importação do produto em casa, a custos mais baixos, principalmente da Argentina, força a queda do preço no mercado local.

Realizamos dois seminários sobre o tema, através da Comissão de Agricultura, em Guarimir e em Pouso Redondo, com representantes do governo federal e do Banco do Brasil. E tivemos avanços significativos. Os agricultores manifestaram interesse em constituir uma federação de produtores de arroz, para aprimorar a organização e a capacidade de interlocução da categoria. Os participantes também formaram comissões, que estão acompanhando as negociações.

Para socorrer os produtores, o governo federal anunciou a prorrogação das dívidas de investimento, contraídas com Pronaf, Proger e Finame. A parcela que venceria este ano será paga somente no final do contrato, um ano após o vencimento da última parcela. Quanto às dívidas de custeio de safra, estamos reivin-

dicando que o benefício da prorrogação seja concedido a todo o setor e que a negociação seja feita em grupo, da mesma forma que ocorreu com os bananicultores, para evitar uma negociação caso a caso, que enfraquece os agricultores. Estamos propondo o pagamento de 15% da dívida à vista e o restante em cinco parcelas anuais, sem prejuízo do custeio da próxima safra.

Para que o governo federal possa comprar parte da produção de arroz, assegurando o pagamento do preço mínimo de R\$ 22 a saca, precisamos de alternativas emergenciais para armazenamento e secagem do arroz. Mesmo que a mobilização não alcance resultados imediatos, servirá como estratégia e lição de organização para as próximas safras. O que os produtores não podem é continuar desarticulados, vulneráveis aos vieses do mercado.

Deputado Dionei Walter da Silva (PT)

A velha senhora merece respeito

Conhecida como espinha dorsal de Santa Catarina, a BR-282 já pode ser considerada uma velha senhora que, com o passar dos anos, alquebrada, dá mostras de seu cansaço com a vida e merece atenções especiais, o respeito que se deve ter para com os idosos.

A principal ligação entre o Oeste e o Litoral, que há décadas faz parte das aspirações dos catarinenses, não resiste mais às promessas de inúmeras autoridades, prevendo sua conclusão "para breve".

A 282 é uma estrada por muitos sonhada como elo integrador do Estado e cada etapa vencida de sua construção foi justamente festejada. Quem já ouviu histórias de epopéias vividas pelos se deslocavam para, ou do nosso interior mais longínquo, bem pode imaginar o que representa cada

quilômetro de asfalto daquela rodovia.

Desde 2002, as obras de pavimentação da estrada foram paralisadas devido à irregularidades que a colocaram sob suspeição, pecha da qual só se viu livre o trecho entre Lages e São José do Cerrito, construído pelo Exército, que avançou também graças à injeção de recursos do Fundo Social.

Semana passada, acompanhamos a mobilização de parlamentares em Brasília, cobrando o desbloqueio dos processos que impedem a destinação de recursos. Observamos ainda, manifestações de representantes do Ministério dos Transportes no Estado, anunciando a breve retomada das obras tanto no trecho do Planalto como do Extremo-Oeste. Escaldado, prefiro a prudência. A repactuação dos contratos sobre

os trechos inconclusos ainda precisa ser aprovada pelo Tribunal de Contas da União, que comunicará ao Congresso o fim do embargo à alocação de recursos.

E precisaremos aguardar o presidente da República definir os cortes no Orçamento para saber quanto o Ministério destinará à velha 282. Logo, a senhora da espinha dorsal desgastada vai aguardar desconfiada a cânfora para suas mazelas, convicta de que o sofrimento ainda irá se estender por mais algum tempo. Só com a atenção e o respeito dos que a vêem como uma anciã poderá, no futuro, gozar condição digna de quem atravessou décadas empenhada no crescimento de Santa Catarina.

Deputado Romildo Titon (líder do PMDB)

Aberta a campanha ação solidária

Com a expectativa de atender número superior a duas mil pessoas, os servidores da Assembléia Legislativa desencadearam o Projeto Ação Solidária - Campanha Doe a quem tem frio, realizada há cinco anos.

Em 2005, foram atendidas 15 entidades, entre creches, ONGs, Associações de Moradores e de Bairros, significando aproximadamente mil e quinhentas pessoas que receberam as contribuições. O organizador da campanha, José Maurício Andrade, informa que a

arrecadação de roupas, calçados e cobertores acontece até o dia 31 de maio. Os donativos serão distribuídos, logo em seguida, às entidades selecionadas de acordo com o grau de carência.

Além de enaltecer o envolvimento de todos os funcionários na ação, Andrade destaca a importante participação da presidência da Casa, que deu apoio institucional e operacional à campanha e que ainda doará cerca de 300 cobertores a serem distribuídos entre as entidades escolhidas.

[AGENDA]

15 de maio, 10 horas: Comissão de Agricultura e Política Rural - Audiência Pública sobre Cooperativismo

Local: Plenário

15 de maio, 19 horas: Sessão solene de outorga das Medalhas de Mérito Antonieta de Barros, Cruz e Sousa, Carl Hoepcke e Parceria Comunitária Assembléia Legislativa - Lions Clube

Local: Plenário

16 de maio, 9 horas: Comissão de Saúde - Prestação de contas do SUS

Local: Plenário

16 de maio, 10 horas: Comissão de Justiça - Audiência pública para discutir os projetos de lei que tratam das políticas para a cultura, turismo e desporto e criação do Programa de Cinema - Santa Catarina Film Commission

Local: Plenário

16 de maio, 19 horas: Abertura da exposição Memória da Imprensa Catarinense, comemorativa do bicentenário de nascimento de Jerônimo Coelho. Promoção da Casa do Jornalista em parceria com a Assembléia Legislativa

Local: Hall da AL

17 de maio, 9 horas: Comissão de Legislação Participativa - Audiência pública para discutir a legislação que institui o cargo de bibliotecário nas escolas públicas e firma parcerias

Local: Plenário

19 de maio, 9 horas: Comissão de Educação - Audiência pública para debater a federalização da FURB

Local: Plenário

19 de maio, 14 horas: Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas

Local: Clube Recreativo 7 de setembro, em Palhoça

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe de Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL

AL homenageia campeões do vôlei

Sessão solene foi requerida pela bancada do PSDB como forma de reconhecimento à equipe de Florianópolis

A conquista da Superliga de Vôlei Masculino deste ano, no último dia 29 de abril, em Belo Horizonte (MG), pela equipe patrocinada pelo Cimed - Indústria de Medicamentos LTDA - foi comemorada em sessão solene no dia 4, no Plenário da Casa. A

homenagem foi proposta pela bancada do PSDB.

O clube Cimed/Florianópolis conquistou o título vencendo o Minas Tênis Clube, seis vezes campeão nacional.

O deputado Djalma Berger (PSDB) comentou que o time, formado por jovens

Miriam Zomer

e experientes jogadores, demonstrou vibração e entusiasmo na partida, ressaltando que "a dádiva da vitória é daqueles que se arriscam a conquistar o topo da montanha". O presidente do Cimed Esporte Clube, Marcelo Vanzelott, agradeceu a forma como os atletas e a comissão técnica foram recebidos pela Assembléia Legislativa, enfatizando que a



Renan Dal Zotto: "parcerias são essenciais"



Miriam Zomer

Jorginho (à esquerda) e Berger (à direita) entregaram as medalhas comemorativas da Assembléia à equipe

conquista foi de toda a equipe.

O técnico da equipe, Renan Dal Zotto, registrou que o sucesso do projeto demonstra a importância das parcerias, pois "sem elas não chegamos a lugar nenhum" e aproveitou para agradecer ao governo do Estado e a prefeitura municipal.

O presidente da Fundação Mu-

nicipal de Esportes, Antônio Carlos Gouvêa, disse sentir-se satisfeito por ver um grupo tão jovem receber tantas homenagens e elogiou o trabalho de toda a equipe técnica.

Em retribuição à homenagem prestada pela Casa, os campeões da Super Liga entregaram camisetas da equipe aos deputados. Já o prefeito de Florianópolis,

Dário Berger (PSDB), afirmou que a capital sentiu-se muito honrada. "Com o objetivo de massificar o esporte e fazer do voleibol um meio de integração e promoção social e esportiva, a Cimed contribuiu para o desenvolvimento do esporte aqui, tornando-se motivo de orgulho aos catarinenses", concluiu Dário.

Festa do Leite começa no dia 31

Solon Soares



Princesas e autoridades estaduais e municipais na divulgação do evento

O prefeito do município de Presidente Getúlio, Leoberto Weinert (PMDB) acompanhado da rainha da 10ª Festa Estadual do Leite, Cintia Maier, e das princesas Marília Gabriela Batistti e Nicolí Bianca Dalfovo, estiveram no dia 10 na Assembléia Legislativa. Foram recebidos pelo presidente em exercício, deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Eles visitaram os parlamentares para divulgar o evento, que acontece entre os dias 31 de maio

e 4 de junho e promove a agropecuária da região, em especial a produção de leite e derivados.

Entre as atividades programadas para a festa, estão a Expofeira Agropecuária, Torneio de Leite em Metro, Torneio Leiteiro, feira multisetorial, rally de regularidade, competições esportivas, gastronomia, exposição de artesanato, shows e bailes. A banda Ira faz show no dia 3, enquanto a dupla Pedro&Tiago se apresenta no dia 4.

Jovens do Programa Antonieta de Barros recebem diploma

Mais uma turma de jovens de comunidades carentes recebeu o diploma de conclusão do estágio do Programa Antonieta de Barros (PAB) da Assembléia Legislativa, no último dia 5, abrindo caminho para serem inseridos no mercado de trabalho. O PAB destina-se a oferecer estágio, nos diversos setores do Legislativo, a jovens entre 16 e 24 anos, com renda familiar menor ou igual a 2,5 salários mínimos, que terão a oportunidade do primeiro emprego, além de fortalecer as relações entre o Legislativo e a sociedade.

O Programa coordenado pela servidora Marilú Lima de Oliveira, tem como objetivo principal ampliar a perspectiva dos jovens - em especial daqueles socialmente excluídos por sua condição étnica, localidade de moradia, gênero ou por ser portador de necessidades especiais. Os jovens obtêm experiências educativas, políticas, profissionais e sócio-culturais como forma de garantir-lhes a cidadania.

Segundo Marilú, nos últimos dois anos a AL proporcionou muitas novidades para o Programa como a alimentação e o convênio

com a Delegacia Regional do Trabalho. "Todos tiveram a oportunidade de aprender a aprender, a fazer, a ser e a conviver. Que todos saiam daqui com a sensação de que fizemos todo o possível por eles", resumiu. A coordenadora afirmou que grande parte dos jovens que estão saindo após os dois anos do estágio já estão com empregos garantidos ou em vista.

Uma das jovens a deixar o programa, Cristina Darlene Lima, afirmou que muita coisa mudou depois da experiência adquirida na Assembléia Legislativa. "Minha

vida mudou totalmente depois do Programa Antonieta de Barros. Agora estou mais madura e preparada para o mercado de trabalho. Além do que, através do estágio, adquiri uma visão diferente do funcionamento da Casa. Isso mudou muito a minha forma de pensar", assinalou Cristina.

O PAB leva o nome da primeira mulher negra a ocupar uma cadeira no Legislativo Catarinense. A inspiração da deputada e professora Antonieta de Barros supõe duas dimensões obrigatórias a este programa: a sociopolítica e a

Solon Soares



Jovens se preparam para o mercado de trabalho através do PAB

Jaraguá do Sul sedia curso de capacitação para mulheres

Seminários vêm sendo realizados em diversas cidades do Estado em parceria com a Associação Casa da Mulher Catarina e o Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos

Depois de percorrer as cidades de Lages, na região Serrana, e Criciúma, no Sul do estado, a Escola do Legislativo chegou à cidade de Jaraguá do Sul, nos dias 4 e 5 deste mês, para realizar a terceira etapa do seminário "Liderança também é questão de gênero". O evento foi realizado no auditório do Sindicato da Construção e do Mobiliário (Siticom), em parceria com a Associação Casa da Mulher Catarina e o Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (Icespe).

A abertura do evento contou com a participação do professor e presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP), que proferiu palestra sobre "Ética e Poder". O deputado disse que estamos vivendo um novo paradigma, com novos valores a serem considerados e modelos de ação pública a serem revistos. "O mundo vive a dor do parto, o que nos conduz a uma nova realidade. Da crise, precisamos vislumbrar uma oportunidade de transformação social", afirmou. Quanto ao tema da palestra, Secco enfatizou que "ética não é a arte de fazer anjinhos, mas

sim, de valorizar as diferenças em detrimento das desigualdades".

Participam também como palestrantes seminário, as professoras Eloah Westphalen Nascenteng e Neusa Freire Dias (Liderança e gênero: uma concepção democrática); Clair Castilhos Coelho (Controle social e o fortalecimento da cidadania das mulheres); Ligia Hann Luchemann (Planejamento e desenvolvimento sustentável sob a ótica de gênero); Nilce Salvador (Os desafios da mudança - introdução à metáfora); Zuleika Mussi Lenzi (Gênero, políticas públicas e marcos legais) e Mirtes Piovesan (Indicadores Sociais em SC).

Qualificação

Entre as inscritas na cidade de Jaraguá, participou Bernadete Correa Hillbrecht (PPS), presidente da Câmara de Corupá eleita em 2004 e exercendo um cargo político pela primeira vez. "Como mulher pública, acredito que nós, mulheres, podemos contribuir muito para o desenvolvimento dos nossos municípios, estados e do Brasil", declarou. A vice-prefeita da

cidade anfitriã do encontro, Rose Vadel (PL), enfatizou que as mulheres ainda têm medo de se expor, e precisam esquecer a insegurança para contribuir com a formação de pessoas mais éticas e humanas. "Temos que contribuir e fazer a diferença. Lançar esta semente é uma contribuição", desafiou

O ciclo tem o objetivo de incentivar e capacitar mulheres para a participação na vida pública e política. Além de palestras, são realizadas também atividades práticas em grupos. A próxima e última etapa será em Florianópolis, nos dias 25 e 26 de maio. As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas.

Ainda em Jaraguá, no Sindicato dos Empregados do Comércio, a Escola realizou, no dia 5, o curso de Cerimonial Público e Empresarial, dirigido aos servidores de Câmaras de Vereadores, assessores parlamentares e agentes públicos em geral. O curso foi ministrado pelas servidoras da Assembléia Legislativa, Rosana Brasca Cajuella, coordenadora de Eventos, e Ilka Maria Freta Lacerda, gerente de Cerimonial.

Divulgação Escola do Legislativo



Presidente da Escola, deputado Celestino, abriu o seminário falando sobre a relação entre ética e poder

Alberto Neves



Projetos foram encaminhados pelo Poder Executivo

Propostas tratam da política cultural

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprovou a realização de audiência pública para discussão de dois projetos do Executivo. Um cria o Programa de Cinema - Santa Catarina Film, com a função de facilitar produções de cinema, documentários, programas de televisão ou publicidade e transformar o Estado em um importante centro de produção cinematográfica. Outro estabelece políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto. O pedido das audiências foi do deputado petista Paulo Eccel. "A intenção é discutir o setor como um todo", comentou.

Os integrantes da Comissão ainda votaram pela remessa da análise do mérito sobre o veto

total ao Projeto de Lei Complementar nº 36/06, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Fundação Catarinense de Desporto, ao Plenário.

A CCJ também aprovou a conversão em projeto de resolução do Projeto de Lei nº 523/05, de autoria do deputado Francisco Küster (PSDB), autorizando a o Legislativo a adquirir um desfibrilador para uso do setor médico da Casa. Originalmente, o projeto estendia a obrigatoriedade de equipar com desfibrilador automático externo (DAE), e a capacitação de pessoal para prestar suporte básico de vida, aos locais públicos e privados com grande concentração de pessoas.

Transporte escolar é tema de discussão

Em reunião no dia 10, a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovou requerimento da deputada Odete de Jesus (PL) pedindo a realização de audiência pública para discutir o transporte público escolar de alunos das redes municipal e estadual. Segundo a parlamentar, escolas de vários municípios reclamam do descumprimento da Lei Federal nº 10.709/03, que determina repasse de recursos do Estado e dos municípios para o transporte gratuito de alunos.

Ainda durante a reunião foram indicados os deputados Paulo Eccel (PT) e Simone Schramm

(PMDB) como representantes da Assembléia Legislativa no Fórum Permanente da Educação, que está intermediando as negociações com os professores da rede estadual de ensino.

Já o requerimento de Eccel que solicitava a presença do secretário de Estado da Fazenda, Max Bornholdt, no dia 10, permaneceu em aberto, pois o secretário não compareceu e será reconvoado para a próxima reunião. O petista quer esclarecimentos sobre o repasse de recursos destinados à assistência financeira a estudantes do nível superior, prevista no Artigo 170 da Constituição Estadual.

COMISSÕES

Fórum confirma reinício de obras na 282

Contrato de R\$ 44 milhões, repactuação depois de constatadas irregularidades, precisa passar pelo crivo do TCU

Eduardo Guedes de Oliveira

Depois de uma repactuação de preços e com um novo contrato, no valor de R\$ 44 milhões, já podem ser reiniciadas as obras em três trechos precários da BR-282, de São José do Cerrito a Paraíso. A informação é do presidente do Fórum Parlamentar da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), que reuniu os parlamentares integrantes do Fórum para anunciar os resultados da viagem que fez a Brasília, com o deputado Sérgio Godinho (PSB). Para Titon, tudo depende de uma decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Godinho e Titon estiveram no Denit e no Tribunal de Contas da União (TCU), que vai analisar o contrato refeito e depois encaminhá-lo à deliberação do Pleno para o posterior envio ao presidente Lula.

Eles conversaram com o ministro relator do Tribunal, Ubiratan Aguiar, e ouviram dele que, se o contrato estiver redigido conforme o prévio acordo ver-

bal, não haverá problemas para sua aprovação e em poucos dias deverá ser enviado à Comissão Mista do Orçamento. Para que saia desta Comissão é necessário que não haja nenhuma irregularidade.

Segundo Titon, os valores estavam superfaturados e houve uma redução significativa na repactuação dos preços. Os trechos incluídos nesse contrato são os de São José do Cerrito a Vargem, de Vargem a Campos Novos e de São Miguel do Oeste a Paraíso. O total de recursos para concluir todas as obras necessárias na BR-282 é de R\$ 160 milhões

Atenção

Participaram da reunião também os deputados Reno Caramori (PP), Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT), Jorginho Mello (PSDB) e Herneus de Nadal (PMDB). Caramori solicitou que os integrantes do Fórum fiquem atentos, “vigilando diuturnamen-



Integrantes do Fórum forneceram detalhes das informações obtidas em Brasília no Tribunal de Contas

te, para cobrar com veemência qualquer alteração ou retrocesso e, se alguma coisa estiver em desacordo, pegamos um avião e vamos a Brasília”.

Nadal informou que, em con-

versa com o deputado federal Carlito Merss (PT/SC), ouviu dele que há preocupação com a decisão do TCU. Sugere que ele seja constantemente informado para que também indique um cami-

nho, caso haja dificuldades.

Titon está confiante numa decisão positiva. “Acho que em 30 dias tudo estará resolvido”, afirmou o peemedebista ao final da reunião.

Alberto Neves



Deputados querem manter o canal de conversação

Saúde sugere negociação com médicos

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), aprovou, no dia 9, o envio de expediente ao governo do Estado para que se mantenham abertos os canais de negociação com os médicos que atendem no sistema estadual de saúde. A categoria paralisou o atendimento nos dias 10 e 11 como forma de Pressão para que se discutam novos valores do piso salarial pago pelo Estado.

O deputado Antônio Aguiar (PMDB), que também é médico, informa que atualmente o piso salarial do estado é de R\$ 1,3 mil por 30 horas semanais, enquanto que o sindicato dos médicos prevê um

piso salarial de R\$ 3,3 mil por 40 horas. O parlamentar reconhece que houve um aumento significativo no salário dos médicos após a aprovação do Plano de Vencimentos e Carreira da Saúde, mas ainda existe divergência na questão salarial porque os valores estão defasados.

O Executivo, segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, Cyro Soncini, já teria aceito a redução da jornada de 40 para 30 horas por semana e adicional de 30% para os que têm pós-graduação, contra os 13% atuais. O aumento do piso de R\$ 1,2 mil para R\$ 3,35 mil depende de estudos do governo.

Comissão de Direitos vai realizar cinco audiências públicas

Presidida pelo deputado Djalma Berger (PSDB), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, aprovou em reunião no dia 10, a realização de cinco audiências públicas.

Para o dia 18 de maio, às 14 horas, na Câmara Municipal de Joinville, a Assembléia participa da 3ª Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida. O evento, realizado desde 2004, é uma parceria entre a Assembléia Legislativa, Ministério Público Estadual e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. No dia 19, o tema volta

a ser debatido no município de Palhoça, na Grande Florianópolis, também às 14 horas, no Clube Recreativo 7 de Setembro.

Outra audiência com data já definida, mas local ainda não escolhido, será no dia 12 de junho, por solicitação do deputado Pedro Baldissera (PT), e vai tratar do Estatuto dos Portadores de Deficiência. Nova audiência, com data e local a definir, vai discutir a utilização do Gás Natural Veicular (GNV), a pedido da deputada Ana Paula Lima (PT). O quinto debate, requerido pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), será realizado em

Criciúma e vai tratar dos segurados do INSS no Sul do estado.

Os integrantes da Comissão também aprovaram moção, a ser encaminhada à Presidência da República, Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando que o governo federal não abandone o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O programa, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, é, entre os programas habitacionais públicos, o que mais contribuiu para a redução do déficit habitacional, com produção significativa em todo o país.

Cooperativismo entra na pauta de discussões

Presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), a Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou, no dia 10, requerimentos para a realização de uma audiência pública e de dois seminários para debater o cooperativismo em Santa Catarina e formas para combater as crises que vêm afetando diversos setores da economia.

A audiência, para a qual será convidado o secretário da Agri-

cultura e outras autoridades estaduais, foi marcada para o dia 15, às 10 horas, no Plenário.

Ex-secretário de Agricultura, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), salientou a necessidade de atenção emergencial a setores como a suinocultura, abrangido pelo cooperativismo. A audiência foi requerida por Caramori, atendendo solicitação da Associação Catarinense dos Produtores de

Suínos.

Os dois seminários, ambos requeridos pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), serão realizados em Araquari e Ilhota, em datas ainda a definir. A pauta é semelhante a definida para a audiência.

Também estiveram presentes à reunião, os deputados Gelson Sorgato (PMDB) e José Carlos Vieira (PFL).

COMISSÕES

Projeto deve acabar com mau cheiro em São José

Problema se intensificou nos últimos anos, com o esgotamento da capacidade da lagoa de estabilização da Casan

Denise Arruda Bortolon

O diretor de Operações da Casan, Osmar Ribeiro, apresentou aos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa na noite do dia 9, um projeto para acabar com o mau cheiro no município de São José. Provocado pela lagoa de estabilização da estatal de saneamento, localizada no bairro Potecas, o problema se intensifica durante o inverno, segundo ele, devido às chuvas e consequente aumento da umidade. Até dia 20 de maio, informou o diretor, a empresa terá o pré-projeto detalhado e, 90 dias depois, poderá ser aberto processo de licitação com previsão de conclusão da obra no início de 2007.

O debate realizado no Complexo Esportivo Forquilhão, no bairro Forquilha, foi requerido pelo presidente da Comissão, deputado Paulo Eccel (PT), atendendo reivindicação das associações de bairros. Durante a reunião ficou decidido que a ata dos trabalhos será encaminhada à Casan e à Fatma, esta respon-

sável pela fiscalização da estatal de saneamento de acordo com a legislação ambiental. Também receberam a ata a Câmara de Vereadores de São José e as associações.

Eccel salientou a importância da existência de políticas compensatórias para a comunidade e pediu ao representante da Casan que informe os procedimentos que serão adotados à Comissão e à Câmara.

Tratamento

Para resolver um problema que, conforme os moradores, se arrasta há 17 anos, a Casan pretende construir dois reatores

anaeróbicos, que irão fazer o tratamento do esgoto, o que aumentará a eficiência e a capacidade da estação, cuja abrangência máxima passará dos atuais 150 mil habitantes para até 300 mil. Para reduzir o problema de imediato, conforme Osmar, a empresa vai iniciar tratamento biológico, a partir de biobacté-



Osmar (no detalhe com Eccel) garantiu que os reatores reduzirão o mau odor

Eduardo Guedes de Oliveira

rias.

Segundo o presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional de Forquilha, Vilmar Ramos, o mau odor atinge 16 bairros do município. "Quero pleitear à Assembléia que faça alguma coisa pela nossa comunidade que tanto

pelo bairro", lamentou. Para o presidente da União Josefense das Associações de Moradores, Cássio Martins, o "descaso" da estatal resulta, em parte, do fato da comunidade não ser muito participativa. "A Casan nunca fez nada, alegava que não conseguia, mas tinha que ter sido feito", lembrou. Representando a Câmara de Vereadores de São José, o vereador Osni do Amaral (PMDB), informou que no último dia 6, um manifesto foi realizado na área onde está a lagoa de estabilização, com a presença dos vereadores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina (Sintae/SC), Odair Rogério da Silva, lembrou da obrigação constitucional do Estado em oferecer saneamento básico à população, assinalando que a solução apresentada pela Casan é apenas um paliativo localizado. "Enquanto não houver grandes investimentos em saneamento, não haverá saúde. Não basta municipalizar, acredito muito em parcerias. Isso é luta pela qualidade de vida", comentou.

PEC federal muda legislação sobre terrenos de marinha

Rose Mary Paz Padilha

Uma audiência pública proposta pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) trouxe ao Plenário representantes da Câmara Federal envolvidos no Projeto de Emenda Constitucional nº 603/98, que trata dos terrenos de marinha, entre eles a relatora da PEC, deputada federal Telma Souza (PT/SP), e os deputados federais catarinenses Carlito Merss (PT), Leodegar Tiscoski (PP) e Edison Andrino (PMDB).

O objetivo do encontro foi discutir a proposta, de autoria da deputada federal Laura Carneiro (PFL/RJ), que propõe acabar com a enfiteuse - instituto que mantém os ocupantes dos terrenos de marinha eternamente ligados à União, com o pagamento de taxas. A autora do projeto classifica o instituto de "inútil, descabida, de caráter anti-social e antidemocrático, principalmente nos terrenos de marinha localizados no litoral

brasileiro".

Mas o debate foi mais amplo, e o foco mudou para a ocupação dos terrenos de marinha - uma polêmica antiga, segundo relato dos participantes do encontro, que teve ainda a participação de deputados estaduais, representantes da Procuradoria da União, Ministério Público Federal e associações de moradores em terrenos de marinha. Em Santa Catarina são 570 quilômetros dos 6 mil quilômetros da costa brasileira e abrange 29 municípios.

Justiça

Segundo a Procuradora-chefe da União, Dalvani Jonk, a discussão é sobre qual destino dar ao Patrimônio da União na questão dos terrenos de marinha, mas antes disso é preciso estruturar esse patrimônio, com a contratação de engenheiros e aquisição de veículos para o atendimento. "Temos que buscar melhor reaparelhamento

para implementar operações do Patrimônio da União", afirmou.

A relatora do projeto disse que é difícil legislar sobre essa matéria, que envolve as duas pontas do desenvolvimento econômico: moradores carentes e os de grande posse - opinião compartilhada com os demais parlamentares e autoridades participantes. "É preciso modificar a legislação de maneira justa, para dar garantia à questão fundiária", declarou a parlamentar. Disse ainda que a audiência pública em Florianópolis foi a primeira grande discussão do tema fora de Brasília e que a Comissão Especial da Câmara, criada há menos de um mês para discutir esse assunto, vai percorrer outros estados do país em busca de subsídios para a matéria. "Haverá um substitutivo global à PEC, abrindo outras possibilidades de discussão", salientou.

Na Idade Média, a enfiteuse, instituída originalmente na Grécia para manter o lavrador vinculado à

precisa. Queremos a solução e não promessas, pois sem saneamento não existe saúde", pediu.

O presidente do Conselho Comunitário de Potecas, Marcelo Gonçalves de Souza, salientou que diversos abaixo-assinados foram encaminhados à Casan pedindo solução para o mau cheiro. "Mas, infelizmente, nada foi feito



Solon Soares

Substitutivo global ao projeto original deve acolher sugestões dos debates

terra, passou a ser utilizada como instrumento de opressão dos camponeses.

Em maio do ano passado, depois de anos de discussões, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 46, de autoria do deputado Edison Andrino. O texto modificou o inciso IV do Artigo 20, da Constituição Federal, retirando da propriedade da União as ilhas costeiras que sejam sede de municípios, casos das ilhas de Santa Catarina, onde

se localiza a maior área territorial de Florianópolis e de São Francisco do Sul. Desde a promulgação da Emenda nº 46 pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, os posseiros de áreas localizadas nessas ilhas podem provar a posse mansa e pacífica e levar seus imóveis a registro, passando a serem donos de fato e de direito de suas propriedades. Cerca de 60% dos terrenos localizados em Florianópolis foram abrangidos pela alteração constitucional.

COMISSÕES

Projeto deve acabar com mau cheiro em São José

Problema se intensificou nos últimos anos, com o esgotamento da capacidade da lagoa de estabilização da Casan

Denise Arruda Bortolon

O diretor de Operações da Casan, Osmar Ribeiro, apresentou aos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa na noite do dia 9, um projeto para acabar com o mau cheiro no município de São José. Provocado pela lagoa de estabilização da estatal de saneamento, localizada no bairro Potecas, o problema se intensifica durante o inverno, segundo ele, devido às chuvas e consequente aumento da umidade. Até dia 20 de maio, informou o diretor, a empresa terá o pré-projeto detalhado e, 90 dias depois, poderá ser aberto processo de licitação com previsão de conclusão da obra no início de 2007.

O debate realizado no Complexo Esportivo Forquilhão, no bairro Forquilha, foi requerido pelo presidente da Comissão, deputado Paulo Eccel (PT), atendendo reivindicação das associações de bairros. Durante a reunião ficou decidido que a ata dos trabalhos será encaminhada à Casan e à Fatma, esta respon-

sável pela fiscalização da estatal de saneamento de acordo com a legislação ambiental. Também receberam a ata a Câmara de Vereadores de São José e as associações.

Eccel salientou a importância da existência de políticas compensatórias para a comunidade e pediu ao representante da Casan que informe os procedimentos que serão adotados à Comissão e à Câmara.

Tratamento

Para resolver um problema que, conforme os moradores, se arrasta há 17 anos, a Casan pretende construir dois reatores

anaeróbicos, que irão fazer o tratamento do esgoto, o que aumentará a eficiência e a capacidade da estação, cuja abrangência máxima passará dos atuais 150 mil habitantes para até 300 mil. Para reduzir o problema de imediato, conforme Osmar, a empresa vai iniciar tratamento biológico, a partir de biobacté-



Osmar (no detalhe com Eccel) garantiu que os reatores reduzirão o mau odor

Eduardo Guedes de Oliveira

rias.

Segundo o presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional de Forquilha, Vilmar Ramos, o mau odor atinge 16 bairros do município. "Quero pleitear à Assembléia que faça alguma coisa pela nossa comunidade que tanto

pelo bairro", lamentou. Para o presidente da União Josefense das Associações de Moradores, Cássio Martins, o "descaso" da estatal resulta, em parte, do fato da comunidade não ser muito participativa. "A Casan nunca fez nada, alegava que não conseguia, mas tinha que ter sido feito", lembrou. Representando a Câmara de Vereadores de São José, o vereador Osni do Amaral (PMDB), informou que no último dia 6, um manifesto foi realizado na área onde está a lagoa de estabilização, com a presença dos vereadores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina (Sintae/SC), Odair Rogério da Silva, lembrou da obrigação constitucional do Estado em oferecer saneamento básico à população, assinalando que a solução apresentada pela Casan é apenas um paliativo localizado. "Enquanto não houver grandes investimentos em saneamento, não haverá saúde. Não basta municipalizar, acredito muito em parcerias. Isso é luta pela qualidade de vida", comentou.

PEC federal muda legislação sobre terrenos de marinha

Rose Mary Paz Padilha

Uma audiência pública proposta pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) trouxe ao Plenário representantes da Câmara Federal envolvidos no Projeto de Emenda Constitucional nº 603/98, que trata dos terrenos de marinha, entre eles a relatora da PEC, deputada federal Telma Souza (PT/SP), e os deputados federais catarinenses Carlito Meres (PT), Leodegar Tiscoski (PP) e Edison Andrino (PMDB).

O objetivo do encontro foi discutir a proposta, de autoria da deputada federal Laura Carneiro (PFL/RJ), que propõe acabar com a enfiteuse - instituto que mantém os ocupantes dos terrenos de marinha eternamente ligados à União, com o pagamento de taxas. A autora do projeto classifica o instituto de "inútil, descabida, de caráter anti-social e antidemocrático, principalmente nos terrenos de marinha localizados no litoral

brasileiro".

Mas o debate foi mais amplo, e o foco mudou para a ocupação dos terrenos de marinha - uma polêmica antiga, segundo relato dos participantes do encontro, que teve ainda a participação de deputados estaduais, representantes da Procuradoria da União, Ministério Público Federal e associações de moradores em terrenos de marinha. Em Santa Catarina são 570 quilômetros dos 6 mil quilômetros da costa brasileira e abrange 29 municípios.

Justiça

Segundo a Procuradora-chefe da União, Dalvani Jonk, a discussão é sobre qual destino dar ao Patrimônio da União na questão dos terrenos de marinha, mas antes disso é preciso estruturar esse patrimônio, com a contratação de engenheiros e aquisição de veículos para o atendimento. "Temos que buscar melhor reaparelhamento

para implementar operações do Patrimônio da União", afirmou.

A relatora do projeto disse que é difícil legislar sobre essa matéria, que envolve as duas pontas do desenvolvimento econômico: moradores carentes e os de grande posse - opinião compartilhada com os demais parlamentares e autoridades participantes. "É preciso modificar a legislação de maneira justa, para dar garantia à questão fundiária", declarou a parlamentar. Disse ainda que a audiência pública em Florianópolis foi a primeira grande discussão do tema fora de Brasília e que a Comissão Especial da Câmara, criada há menos de um mês para discutir esse assunto, vai percorrer outros estados do país em busca de subsídios para a matéria. "Haverá um substitutivo global à PEC, abrindo outras possibilidades de discussão", salientou.

Na Idade Média, a enfiteuse, instituída originalmente na Grécia para manter o lavrador vinculado à

precisa. Queremos a solução e não promessas, pois sem saneamento não existe saúde", pediu.

O presidente do Conselho Comunitário de Potecas, Marcelo Gonçalves de Souza, salientou que diversos abaixo-assinados foram encaminhados à Casan pedindo solução para o mau cheiro. "Mas, infelizmente, nada foi feito



Substitutivo global ao projeto original deve acolher sugestões dos debates

Solon Soares

terra, passou a ser utilizada como instrumento de opressão dos camponeses.

Em maio do ano passado, depois de anos de discussões, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 46, de autoria do deputado Edison Andrino. O texto modificou o inciso IV do Artigo 20, da Constituição Federal, retirando da propriedade da União as ilhas costeiras que sejam sede de municípios, casos das ilhas de Santa Catarina, onde

se localiza a maior área territorial de Florianópolis e de São Francisco do Sul. Desde a promulgação da Emenda nº 46 pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, os posseiros de áreas localizadas nessas ilhas podem provar a posse mansa e pacífica e levar seus imóveis a registro, passando a serem donos de fato e de direito de suas propriedades. Cerca de 60% dos terrenos localizados em Florianópolis foram abrangidos pela alteração constitucional.

PLENÁRIO

Assembléia busca mediar negociação entre governo e magistério

Há duas semanas os professores estaduais estão em greve e há um impasse quanto ao percentual de reajuste salarial

Com a participação de dois parlamentares indicados pela Comissão de Educação no Fórum Permanente da Educação, a Assembléia Legislativa vai mediar as negociações entre o magistério estadual, há duas semanas em greve, e o governo. No dia 9, a Comissão escolheu os deputados Paulo Eccel (PT) e Simone Schramm (PMDB).

Os professores reivindicam reajuste salarial de 48,84%, o que elevaria o atual piso salarial da categoria de R\$ 409,00 para R\$ 760,00. O governo propôs a incorporação aos salários de dois abonos que vêm sendo concedidos desde o ano passado, em sete parcelas. A proposta foi rejeitada pelo magistério.

Na sessão do dia 11, um dia depois da marcha da categoria em direção à sede do Centro

Administrativo do Estado, em Florianópolis, o líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré, reforçou a necessidade da mediação da Assembléia Legislativa. "Servidores e professores caminharam pela SC-401 embaixo de chuva forte, para chegar lá e ouvir do governo a proposta de incorporar R\$ 15 neste ano aos salários e o restante dos abonos em até sete vezes, no ano que vem. O governo está empurrando esta questão com a barriga para 2007", argumentou o parlamentar. Boppré salientou que esta não é apenas uma greve que pretende incorporar abonos. "A pauta de reivindicações do magistério acrescenta outros elementos, como a eleição direta para diretores de escolas, que devem ser escolhidos pela comunidade escolar, plano de saúde para os professores contratados



Boppré: "há várias reivindicações"

temporariamente, até que seja feito um concurso público, o fim da terceirização dos serviços de vigia, serventes e merendeiras, além da equiparação salarial com o piso dos servidores estaduais, pois o magistério tem hoje um piso bem menor", enumerou.



Simone: "falta política nacional"

Investimentos

A deputada Simone Schramm (PMDB) defendeu a adoção de uma política nacional de investimentos na qualificação para a educação básica. Também afirmou que a defasagem salarial atual é antiga. "Não é um problema deste governo, mas, apesar disso, nos últimos quatro anos, a atual administração já conseguiu melhorar os salários",

disse. De acordo com ela, o atual governo melhorou em 52,22% o salário para o professor de nível superior. Para aqueles com curso superior em início de carreira, a recuperação salarial foi de 51,44% e aos doutorados foi concedido um aumento nos vencimentos na ordem de 43,41%, garantiu a peemedebista. "Mas o salário de R\$ 1,06 ainda não é suficiente e é necessário investir em formação e atualização. Eles lidam com jovens e crianças que estão cada vez mais avançados com as novas tecnologias," argumentou Simone. Ela acredita que há necessidade de trabalhar esta questão nacionalmente, adotando como política pública de investimentos na educação básica a qualificação e a atualização.

A greve ameaça o calendário escolar deste ano e a União Catarinense de Estudantes também pediu ajuda do Parlamento para solucionar o impasse que prejudica todos os alunos da rede estadual.

Dentinho propõe priorizar Orçamento Regionalizado

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), informou na sessão plenária do dia 11, que está colhendo assinaturas dos líderes dos partidos para propor a suspensão das sessões plenárias durante a realização das audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR). O calendário das audiências, já aprovado na CFT, prevê 10 encontros regionais em cidades sedes das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), entre os dias 5 e 9 de junho.

Dentinho comentou que as audiências abrem oportunidades para a população participar das decisões sobre o destino dos recursos provenientes dos impostos pagos por ela ao Estado. A participação popular é buscada desde 1997, quando o então deputado estadual Carlito Mers (PT) conseguiu a aprovação da emenda à Constituição estadual que instituiu o processo de construção participativa do Orçamento do Estado através da consulta à população nas audiências

regionalizadas. "Desde aquela época se busca fazer reuniões conjuntas com o Executivo, de maneira a ter maior efetividade e comprometimento nas prioridades apontadas pela população", salientou Dentinho. Somente a partir de 2003 é que a realização de audiências públicas conjuntas entre os poderes Executivo e Legislativo se consolidaram. Condição que, acredita o parlamentar, serve de estímulo à transparência das

ações orçamentárias. E, neste ano em especial, assinalou o petista, assume uma condição um pouco diferenciada, uma vez que independentemente de quem venha a ser o próximo governador, já terá apontada a direção para a qual a população deseja que sejam direcionados os recursos públicos.

O calendário das audiências prevê a realização de dois encontros por dia, em sedes das SDRs.

Quando acontecem audiências:

5 de junho – em Joinville (regionais de Joinville, Mafra e Jaraguá do Sul) e São Miguel do Oeste (regionais de Maravilha, São Miguel do Oeste, Palmitos e Dionísio Cerqueira).

6 de junho – em Rio do Sul (regionais de Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga) e Chapecó (regionais de Xanxerê, São Lourenço do Oeste e Chapecó)

7 de junho – em Itajaí

(regionais de Itajaí, Blumenau e Brusque) e Joaçaba (regionais de Concórdia, Campos Novos e Joaçaba)

8 de junho – em Caçador (regionais de Caçador, Canoinhas e Videira) e Tubarão (regionais de Laguna, Criciúma, Araranguá e Tubarão)

9 de junho – em Lages (regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos) e São José (Grande Florianópolis).

Assis quer agilidade da Ciretran

As rotineiras reclamações sobre o atendimento na Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) de Joinville foram mencionadas pelo líder do PT, deputado Francisco de Assis, em manifestação na sessão plenária do dia 11. Conforme o parlamentar, a lentidão na entrega das carteiras de habilitação e do licenciamento dos veículos têm incomodado muito a comunidade da região. "A demora ocorre devido ao novo sistema implantado pela Ciretran. Só que o sistema, copiado do Rio Grande do Norte, foi desenvolvido para atender uma população de 300 mil veículos. Aqui no Estado, o número de veículos chega a 2 milhões. Não vai funcionar nunca", afirmou.

Assis também disse que cerca de 30 veículos foram multados por não estar com os documentos em dia justamente pela demora da Ciretran e que as filas aumentam a cada dia. "Peço que o Secretário de Segurança Pública seja sensível ao caso e perdoe essas multas, que são



Assis: "sistema moroso"

culpa do moroso sistema. Temos que amenizar o sofrimento e as penalidades dessas pessoas", comentou.

Em aparte, o deputado Diónei Walter da Silva (PT) contou que apenas um despachante de Jaraguá do Sul tem cerca de 500 processos de licenciamento nas mãos. "Os documentos estão parados há mais de 30 dias e ainda podem demorar mais 30 para ficarem prontos. Esses sistemas deveriam ser testados antes de aplicados", completou.

PLENÁRIO

Situação dos suinocultores preocupa Sopelsa



Sopelsa reivindica ações urgentes

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) voltou a manifestar preocupação com a suinocultura catarinense em manifestação na sessão do dia 9. Segundo o parlamentar, que recentemente

deixou o comando da Secretaria Estadual da Agricultura para retornar ao Legislativo, vários criadores têm suínos prontos para a comercialização, com mais de 150 quilos, e não encontram compradores.

Um dos tradicionais parceiros de Santa Catarina, a Rússia, suspendeu a importação de suínos e bovinos do Brasil desde a descoberta de focos da febre aftosa e por alguns casos do Mal de Aujeski (doença que atinge apenas os suínos) detectados nos plantéis catarinenses.

"A situação do nosso agricultor é bastante difícil", considera Sopelsa, argumentando que o povo brasileiro não tem poder de compra para consumir o que é produzido no país. O peeme-

debista informou que, quando o atual governo do PMDB assumiu, foi encontrada na Secretaria da Agricultura uma dívida de R\$ 40 milhões, e apenas R\$ 800 mil para custeio e investimentos do total previsto no orçamento. "Tudo era feito com o chapéu dos outros, ou seja, com recursos federais. Quando assumi, a Rússia tinha fechado uma compra, mas com certificado falso da carne. Então, nós fomos à Rússia e conseguimos abrir mais uma vez o mercado para o nosso produtor, o que ainda não é suficiente. Precisamos de uma política segura do governo federal", reclamou. Segundo ele, o governo do Estado está propondo ao governo russo que técnicos catarinenses façam um trabalho de assessoria naquele país.

Eccel questiona pensão aos ex-governadores

A resposta do pedido de informação enviado pelo deputado Paulo Eccel (PT), em fevereiro, ao então secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, que trata da pensão dos ocupantes do cargo de governador, foi lida e questionada pelo parlamentar, no dia 9. Ele solicitava o valor e quais os beneficiários da pensão.

A resposta enviada pela Secretaria informou que em janeiro de 2004, o valor da pensão girava em torno de R\$ 6 mil. De fevereiro de 2004 a janeiro de 2006, o valor da pensão era de R\$ 9,54 mil. A partir de fevereiro de 2006, houve um aumento no valor a cada mês. No mês de abril, o valor pago foi de R\$ 22,11 mil.

Nove ex-governadores são beneficiados.

O petista ressaltou que o pedido de informação surgiu a partir da solicitação de vários vereadores acerca do assunto. "Um governador em exercício

recebe R\$ 10 mil e quando se aposenta esse valor sobe para R\$ 22 mil. É um absurdo que eles recebam esse montante com tantos catarinenses pensando para receber a sua aposentadoria".

O deputado Antônio Carlos Vieira

– Vieirão (PP) disse que o valor pago decorre de uma decisão dos parlamentares. "Esses R\$ 22 mil da pensão dos governadores é culpa nossa. Fomos nós que aprovamos o projeto concedendo esse aumento", lembrou.



Eccel: "pensões descabidas"

José Carlos fala sobre poluição

A poluição ambiental em Santa Catarina foi o assunto abordado pelo deputado José Carlos Vieira (PFL) na sessão do dia 9. Entre as áreas mais afetadas pela agressão ao meio ambiente, ele destacou a poluição das águas, no Sul do estado, pelos agrotóxicos oriundos da produção de arroz, e na região Oeste, provocada pelo despejo de dejetos suínos. De acordo com o parlamentar, os dejetos de um suíno equivalem ao de 10 ou 20 pessoas. Atualmente, o plantel de suínos no estado chega a 5 milhões de animais.

José Carlos comentou a falta

de tratamento de esgoto ao longo do Rio Itajaí, que abrange 41 municípios, muitos na faixa litorânea. Ele sugeriu ações como as desencadeadas em Joinville, referindo-se ao tratamento feito no rio Cachoeira, que reduziu o número de coliformes fecais em 98%. Além disso, o fósforo e o nitrato, maiores poluentes nos esgotos domésticos, diminuíram 31,1% e 46,8%, respectivamente, e o oxigênio dissolvido na água aumentou 57%, após o processo de despoluição. "Depois do tratamento pudemos observar na Baía de Babitonga e no rio Cachoeira um cardume de tainhas, que



Vieira: "Tratamento efetivo"

passou em frente à prefeitura no centro da cidade", contou.

Vieirão faz apelo ao líder do governo para reverter queda nas exportações

Preocupado com a atual situação das exportações no Estado, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão – (PP) ocupou a tribuna na sessão do dia 11, para fazer um apelo ao líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

Ele pediu que seja viabilizada uma audiência pública reunindo representantes dos setores da economia catarinense em crise, redundando em prejuízos nas exportações.

De acordo com Vieirão, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) fez um levantamento sobre os produtos exportados que revelou um saldo negativo para o Estado.

"No setor moveleiro a queda é de 23,75% nas exportações, enquanto que na suinocultura foi registrada uma lamentável



Vieirão propõe amplo debate

queda de 41,35%". salientou. Além disso, a pesquisa da Federação registrou uma queda de 14,75% nas exportações das indústrias têxteis.

"Essa é uma situação grave que prejudica o Estado, por isso temos que debater o assunto e buscar soluções," argumentou.

O parlamentar progressista destacou que a Assembléia Legislativa terá o maior prazer em receber a Federação das Indústrias para debater o assunto. "Precisamos conhecer a situação detalhadamente, em primeiro lugar, para buscar a melhor maneira para recuperar a balança de exportações do estado", finalizou Vieirão.

Baldissera cobra contrapartida do Estado

O deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT) destacou em seu discurso, no último dia 9, na tribuna da Assembléia, o Compra Local, um dos programas sociais implantados no país pelo governo federal. Segundo Baldissera, ele abrange a região Oeste de Santa Catarina, o Alto Irani e Lages e tem disponíveis em recursos da União, R\$ 5,8 milhões, para uma contrapartida de R\$ 1,16 milhão da parte do governo estadual.

Entretanto, afirmou o petista, o Estado não vem honrando com seu compromisso, impossibilitando, desta forma, que 25 mil famílias

sejam beneficiadas com a política atual da agricultura familiar.



Baldissera: participação do Estado

APROVADO

Crédito suplementar

O Plenário aprovou autorização ao Executivo para abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, no valor de R\$ 200 mil. Os recursos serão aplicados, entre outras ações, em despesas de

locomoção, diárias, auxílio alimentação, equipamentos e materiais permanentes. Ainda foi aprovada autorização de doação de imóvel no município de Jaraguá do Sul para regularizar a atual ocupação do imóvel pelo posto de saúde.

PLENÁRIO

Blasi solidariza-se com Vanio no episódio da Fiesc



Blasi: "agravo à Assembléia"

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), solidarizou-se com o deputado Vanio dos Santos (PT) no episódio em que este foi tolhido em sua fala pelo presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Alcântara Corrêa.

"Não estive no evento, mas foi uma situação extremamente desagradável", salientou, referindo-se ao debate ocorrido no dia 5 sobre a questão do abastecimento de gás natural em Santa Catarina. "Pelo que pude depreender, o que se passou foi, a meu ver, não um agravo a um deputado, mas a toda a Assembléia Legislativa. Errar é humano, mas fica um fato que não condiz com os empresários, dirigentes e funcionários da Fiesc, que sempre serão bem-

recebidos nesta Casa", sintetizou o peemedebista.

Um dia antes, o deputado Vanio relatou em Plenário que, durante debate sobre a questão da SC Gás realizado pela Fiesc no dia 5, o empresário Alcântara Corrêa o interrompeu no início de sua explanação, proibindo-o de prosseguir sob o argumento de que estaria fazendo um "discurso político".

O deputado petista contou que foi convidado a participar dos debates, assim como outros parlamentares catarinenses, como os senadores Ideli Salvatti (PT) e Leonel Pavan (PSDB) e os deputados federais Ivan Ranzolin (PFL) e Mauro Passos (PT). "Todos falaram e minha estranheza é que, quando comecei a falar, lembrando das ações do governo estadual e do governo Lula na questão do gás, fui interrompido pelo presidente da Fiesc, dizendo que estava me cassando a palavra porque ali não podia ser feita uma abordagem política. Estava iniciando a primeira frase da minha posição sobre o assunto, levei várias matérias de jornais para mostrar, mas tive que retirar-me", relatou o parlamentar. Vanio teve o apoio de Mauro Passos, que também retirou-se do auditório e foi procurado por Ranzolin, que ficou contrariado com a atitude

do empresário.

Vanio dos Santos também recebeu em Plenário o apoio do deputado Dionei Walter da Silva (PT). "Essa foi uma atitude com a qual não podemos concordar. A Casa deve fazer uma manifestação ao presidente da Fiesc, e não à Fiesc como instituição", defendeu Dionei.

Tabuleiro

Blasi ainda informou que uma solução para a questão do Parque da Serra do Tabuleiro deve ser encontrada em breve. "Precisamos de uma decisão final para o problema fundiário criado naquela área a partir de 1975", assinalou o relator do Fórum criado para discutir a Recategorização do Parque, o qual é presidido pelo petista.



Vanio teve a palavra cassada

Goetten credita crises na economia à falta de políticas federais

A crise nos setores madeireiro e cerâmico, responsável pela falência das empresas e demissão de seus funcionários, bem como a crise na agricultura que está tirando as pessoas do campo, resultam da inoperância do governo federal. A afirmação foi feita pelo deputado Nelson Goetten (PFL) da tribuna. Para ele, a sociedade está vivendo não é o que a Rede Globo apresenta e tampouco o

que o PT mostra e o governo quer acabar com o cidadão classe média, aumentando a fila dos pobres. "Depois dão um cartão para que comprem uma cesta de comida. Cerca de 40 milhões de pessoas já têm esse cartão, porque é isso que acontece quando jogam na miséria e são obrigados a dar esmola", raciocinou.

O deputado Onofre Agostini (PFL) entregou um documento encaminhado pelos madeireiros, e elaborado durante audiência pública promovida pela Assembléia que na semana passada, ao deputado Nelson Goetten (PFL), representando o parlamento. Este documento ainda será entregue aos ministros, secretários do Estado, ao governador e ao presidente. Nele consta o estudo de alternativas junto aos órgãos financiadores para viabilizar empréstimos com garantias dos créditos tributários retidos e o fortalecimento da união do se-



Onofre entregou documento

tor para estudar e implementar estratégias setoriais, visando ao aumento da eficiência e melhorias na produtividade.

Segundo Goetten, a reivindicação do setor é algo inédito na Casa. "Normalmente as pessoas vêm até aqui em busca de aumento dos seus salários, mas desta vez os empresários vieram pedir a continuidade do seu trabalho em favor do país", concluiu.

Parlamentares temem crise do gás



Comin exigiu uma política séria

Ao comentar a crise do gás natural na Bolívia e suas consequências, o deputado Valmir Comin (PP) defendeu a implantação de uma "política séria" para o setor energético brasileiro e catarinense, com geração de energia e produção de gás a partir do carvão, principalmente na região Sul do Estado.

Comin falou que se não bastasse o alto preço do gás, que abate as indústrias, os empresários convivem com a insegurança ocasionada pelo risco de desabastecimento. "É preciso que o governo federal crie alternativas para

enfrentar essa crise", disse ele.

Também o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) declarou apoio à classe empresarial catarinense diante da crise instalada. O tucano disse que as indústrias acreditaram nessa fonte energética como nova alternativa, fizeram grandes investimentos e agora vivem um pesadelo. "Os empresários não sabem o que fazer diante desse embate entre o Brasil e a Bolívia, do erro diplomático do governo federal. Quem vai pagar essa conta?", questionou o parlamentar, que pediu ao governo brasileiro providências para o problema.



Knaesel pediu providências

Uniforme escolar provoca polêmica

O novo uniforme escolar distribuído pelo governo estadual aos alunos da rede estadual de ensino, voltou à discussão em Plenário, no dia 4, através do deputado Joares Ponticelli (PP). "Primeiro, esse uniforme foi distribuído em doses homeopáticas. Coisa que deveria ter acontecido no início do ano e não no final do primeiro semestre. Também acho estranho um governo pregar a descentralização e implantar um mesmo uniforme para todas as escolas", comentou, referindo-se ao fato de o uniforme ser padronizado para todas as escolas estaduais.

Em aparte, seu colega de bancada, deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão, afirmou que a padronização nas mais de mil escolas estaduais decorre do fato de o Estado ter apenas um fornecedor. "São os mesmos uniformes

porque é o mesmo estilista. Sem contar que há apenas um fornecedor para 293 municípios. É uma forma inversa de descentralizar", ironizou.

Ponticelli também defendeu a proposta de campanha para o setor de educação do partido, que dá prioridade à autonomia financeira

e orçamentária para as escolas. "Que cada escola tenha seu modelo de gestão. Que possam ser transformadas em centros de lazer nos fins de semana. Não há mais o que discutir, é preciso transformar."

Na mesma sessão, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), rebateu as críticas. "A palavra uniforme já expressa seu sentido: único. Como o padrão é um só para todos, o uniforme é o mesmo em todas as escolas e o PP não pode criticar essa ação, uma vez que a mesma é inovadora", concluiu.



Ponticelli: "modelo de gestão"



Goetten culpa o governo

PLENÁRIO

Campanha condena exposição de mulheres em comerciais

A deputada Ana Paula Lima (PT) conclamou a todos os catarinenses, em discurso da tribuna no último dia 4, a participar de campanha capitaneada pelo Movimento Nacional de Mulheres, para acabar com o uso indevido da imagem feminina em comerciais e propagandas de venda de carros, cigarros, cervejas e terrenos, entre outros.

Segundo ela, abaixo-assinado pedindo o fim do uso da figura da mulher dessa forma vai circular por todo o estado até o mês de agosto e, posteriormente, será encaminhado à Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, em Brasília, solicitando providências. Ela salientou que muitos comerciais ou campanhas publicitárias expõem as mulheres como se fossem produtos e funcionam como um estímulo

aoturismo sexual e à pedofilia. "A exposição sem lógica é absurda e precisamos acabar com isso", sintetizou Ana.

Ana Paula aproveitou para



Ana Paula: "dados confiáveis"

destacar o serviço implantado no dia 8 de agosto do ano passado, pela mesma secretaria do governo

federal, de atendimento a mulheres vítimas de violência. Através do número 180 - ligação gratuita - o serviço recebe denúncias de maus-tratos de todas as partes do país. Segundo a parlamentar, a partir desse trabalho será possível obter dados estatísticos confiáveis sobre a violência cometida contra mulheres no Brasil inteiro, permitindo que possam ser estabelecidas políticas públicas em seu favor.

A petista reivindicou, mais uma vez, que o governo estadual sancione o projeto de lei, aprovado há mais de um mês pela Assembleia Legislativa, que cria a Coordenadoria Estadual da Mulher. Essa coordenadoria permitirá a viabilização de mais delegacias especializadas e de casas-abrigos, além de políticas públicas para as mulheres catarinenses.

Godinho destaca projeto de reflorestamento

O líder do PSB, deputado Sérgio Godinho, registrou em manifestação da tribuna na sessão do dia 9 a reunião com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, um dia antes, onde conversaram sobre o projeto Plante uma Araucária.

De acordo com o parlamentar, para dar início ao projeto, o Instituto Camargo Corrêa vai doar 100 mil mudas de araucária, espécie ameaçada de extinção, visando ao reflorestamento das áreas devastadas e ao desenvolvimento de

atividades de manejo sustentável no futuro.

O parlamentar também falou sobre a gripe aviária, definida por autoridades sanitárias como uma das zoonoses mais graves que atingem as aves. De acordo com ele, Santa Catarina está preparada caso o vírus entre no estado. "Técnicos do Ministério da Agricultura consideraram o Estado bem equipado para deter a gripe aviária", disse.

Convidou ainda os presentes para a Festa Nacional do Pinhão, em Lages, de 9 a 18 de junho.

Benedet defende Secretaria de Segurança

As críticas feitas pelo deputado Joares Ponticelli (PP) dirigidas à Segurança Pública do Estado no dia 4 foram rebatidas pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), ex-secretário estadual da Segurança Pública, na sessão do dia 9.

Com base em matéria publicada pela imprensa estadual, Ponticelli acusou o Estado de gastar indevidamente, com a destinação de R\$ 16 mil para a compra, pela Polícia Civil, de medalhas, entregues a 2.500 agentes reconhecidos com a Medalha do Mérito Policial. Benedet defendeu o gasto. "A entrega dessas medalhas não teve nada de conotação política. Elas foram entregues

em momentos de merecimento", resumiu.

Benedet disse também que quando assumiu a Secretaria a situação da segurança pública era um caos. "Entre 1999 e 2002 houve um aumento de 90% no índice de criminalidade. Nos últimos anos, esse número caiu consideravelmente. Já contratamos mais de 1.900 policiais militares", comentou o parlamentar.

Em aparte, o deputado Manoel Mota (PMDB) também defendeu o governo. "Há deputados da oposição que fazem críticas produtivas. Mas temos outros que não sabem o que falam. Muito se critica e nada se oferece", desafiou.

Duduco critica prazos da prefeitura de Florianópolis

Insatisfeito com a decisão da prefeitura de Florianópolis, adotada nos últimos dias com relação à pavimentação das calçadas na capital, o líder do PDT, deputado Nilson Nelson Machado - Duduco, foi à tribuna no dia 4 questionar a ação. "Minha crítica é especificamente dirigida ao prazo estipulado para que os moradores construam ou façam a manutenção de suas calçadas", destacou ele.

De acordo com o parlamentar, a prefeitura estipulou um prazo de 30 dias para que a população regularize essa situação. Quem não cumprir a determinação estará sujeito a multas.

Ele ainda acusou a fiscalização municipal de "implicar" com as Creches do Duduco. "O Ministério Público precisa fiscalizar mais as creches do município, não somente as minhas", disse.



Duduco criticou fiscalização

[GABINETES]

BARRA DO CAMACHO

O presidente do Deinfra, Romualdo Theófanos França Júnior, e o diretor de Projetos de Edificações e Obras Hidráulicas, Luiz Carlos Marinho Cavalheiro, também do Deinfra, asseguraram ao deputado José Paulo Serafim (PT) que o ministro Pedro Brito, da Integração Nacional, receberá um estudo com diagnóstico, cronograma e previsão orçamentária para a abertura da Barra do Camacho durante sua visita à Santa Catarina, no dia 12. O compromisso foi assumido no dia 9, em reunião do deputado, que é presidente do Fórum Permanente da Barra do Camacho da Assembleia, com os representantes do Deinfra e dos pescadores e maricultores da região.

"Vamos preparar um pré-projeto com estas informações e ainda a indicação do que é prioritário para os pescadores que, afinal, são os que melhor conhecem suas necessidades. Aí definiremos cada etapa a ser cumprida, desde a recuperação do molhe que já está lá, seu prolongamento e a construção de outros molhes para a abertura definitiva", explicou Cavalheiro.

França Júnior acredita que, a partir daí e com a liberação de recursos federais para a elaboração do projeto, em pouco mais de dois meses estará pronto o projeto técnico e de engenharia para a abertura permanente do canal, assegurando a continuidade da atividade pesqueira. (Andréa Leonora)

DIA DO TAXISTA

A Assembleia Legislativa aprovou e o Executivo sancionou o Projeto de Lei nº 17/06, de autoria do deputado Reno Caramori (PP), instituindo o Dia Estadual do Taxista, a ser comemorado anualmente em 19 de novembro. A lei foi sancionada sob o número 13.738. "A criação de uma data comemorativa para uma determinada categoria profissional representa um reconhecimento da sociedade aos valiosos serviços prestados por ela", justifica Caramori.

No caso destes profissionais, assinala o progressista, é preciso reconhecer que os serviços de transporte público de aluguel prestados pela categoria são essenciais para os deslocamentos diários inerentes à vida urbana.

Além disso, enfatiza Caramori, o exercício da função de taxista apresenta peculiaridades que diferenciam esses profissionais dos demais motoristas, até pela diversidade de serviços que prestam, tais como informações turísticas, serviços de entrega, socorro especial, agrupando, desta forma, uma série de atividades de verdadeira utilidade pública e benefício comum. "Precisamos considerar também que os profissionais tornam-se vítimas fatais da violência e criminalidade", conclui. (Carlos Paniz)

ACESSO À INTERNET

A implantação do serviço de ADSL - Linha Digital Assimétrica para Assinante - no distrito industrial de Curitibaanos é uma das atuais reivindicações do deputado Onofre Agostini (PFL). A ADSL é uma tecnologia que permite a transferência digital de dados em alta velocidade por meio de linhas telefônicas comuns. A cada dia, a tecnologia ADSL ganha novos usuários, tanto é que este é o tipo de conexão à Internet, em banda larga, mais usado no Brasil, e um dos mais conhecidos no mundo.

Onofre atendeu solicitação da Associação Comercial e Industrial de Curitibaanos (ACIC) e solicitou ao presidente da Brasil Telecom a ampliação dos serviços ADSL. A Brasil Telecom informou ao deputado que o distrito industrial de Curitibaanos é atendido pelas estações CBS e SUGA, sendo que a primeira estação já possui o serviço ADSL, com previsão de ampliação para o 2o trimestre de 2006.

O deputado pediu que a rede fosse ampliada também no município vizinho de Curitibaanos, São Cristóvão do Sul, e lá, conforme a Brasil Telecom, a estação responsável é a SACL e, igualmente a CBS de Curitibaanos, cuja previsão para ampliação dos serviços é para o segundo trimestre deste ano. (Jucimar José Lázare)

COMUNIDADE

Trabalhadores domésticos querem regulamentação da profissão

Perfil da atividade mostra a supremacia do sexo feminino nesta atividade que tem problemas para ser fiscalizada devido a postura cultural da sociedade. Debate na Assembléia foi o primeiro de uma agenda que prevê discussões em todo o país

Dezenas de trabalhadores domésticos participaram da primeira audiência pública no estado para debater e apresentar a situação e a realidade da profissão. O encontro aconteceu no dia 8, no Plenário, e foi promovido pelas Comissões Especial sobre Trabalho e Emprego Doméstico da Câmara dos Deputados, representada pela relatora, deputada federal Luci Choinacki (PT/SC), e de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT).

Eccel lembrou que a Comissão de Legislação Participativa é a porta aberta da cidadania e que, por seu intermédio, a população pode apresentar projetos ou encaminhar solicitações. "Foi isso que o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Santa Catarina fez para que hoje pudéssemos estar aqui discutindo o assunto", explicou.

Em nome da classe, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos e Afins de Chapecó e região, Noeli Terezinha Lacerda, disse que pretende ver os direitos da categoria ampliados e a realização de mais audiências por todo o estado. "Temos a clareza de que somos cidadãs e

queremos ser respeitadas como profissionais", resumiu.

Representando a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Dirce Margareth Grosz, informou que se o trabalho doméstico fosse mensurado no PIB (Produto Interno Bruto), representaria mais de 12% do total. "Diversos problemas são relacionados com esta profissão, deveríamos realizar outras audiências para discutir fatores como o assédio moral e sexual, os maus-tratos, a desvalorização e a discriminação que essa categoria sofre", sugeriu. Salientou ainda que o trabalho doméstico é desvalorizado e não reconhecido



Noeli: "Queremos respeito"



Problemas da categoria foram trazidos à discussão promovida pela Assembléia em conjunto com a Câmara

pela sociedade desde a época da escravidão, quando as casas dos senhores eram cuidadas por mulheres negras. "Ainda hoje há esse preconceito por divisão sexual e divisão racial", disse.

Dirce anunciou que o governo vem realizando em sete cidades um projeto piloto que prevê a qualificação e a elevação da escolaridade, uma formação sindical e intervenções em políticas públicas para essas trabalhadoras. "Este projeto é uma parceria entre a Secretaria, a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades e demais ministérios que participam do projeto, além das prefeituras das cidades. São relativos à construção de habitações e creches para as domésticas", detalhou.

Mulheres predominam na atividade

Pesquisa realizada em Chapecó, entre os anos 2004 e 2005, pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc) revelou que uma das principais características do trabalho doméstico é a predominância do sexo feminino. A informação é da representante do Programa Participativo no Poder e Espaço Legal (PPPEL), Edileusa Prado.

No universo de 1.333 mulheres abrangido pela pesquisa, conforme Edileusa, foi constatado que a maioria possui filhos na faixa etária de 0 a 6 anos matriculados em escolas municipais. Muitas iniciaram na profissão ainda na adolescência e enfrentam uma jornada diária

de quatro a seis horas. "A grande maioria dessas trabalhadoras do lar possuem seu documento de trabalho, mas infelizmente cerca de 25% não possuem a carteira assinada. Odilon Silva destacou o programa Trabalho Doméstico Cidadão, já implementado em algumas cidades, como Salvador e São Paulo. "Esse programa tem como propósito trabalhar a qualificação do setor, para firmar a atividade como uma profissão", frisou.

Reportagem

Denise Arruda Bortolon
Sandra Annuseck
Tatiani Magalhães
Suzana Couto Tancredo

Reconhecimento exige mudança cultural

Mais do que leis, é preciso mudar a cultura predominante na sociedade, para que o trabalho doméstico seja reconhecido como profissão efetivamente. É o que defende a deputada federal Luci Choinacki (PT/SC), presente ao debate, em seu trabalho pela humanização das relações de trabalho.

Luci defendeu a oferta de horários ampliados pelas creches públicas, como forma de melhorar a qualidade de vida das empregadas. "As empre-

gadas não trabalham só quatro horas", afirmou. Segundo a parlamentar, há cerca de 50 projetos de lei referentes ao trabalho doméstico em tramitação na Câmara dos Deputados. "O problema é que eles só andam quando há pressão social", alertou.

O delegado regional do Trabalho, Odilon Silva, lembrou que o pouco reconhecimento à profissão está diretamente relacionado à pouca visibilidade que o mercado dá a este

ramo de atividade, já que não gera diretamente dinheiro. "Faz parte do processo histórico, do trabalho manual de origem escrava. Tivemos avanços nos últimos anos, a partir da Constituição de 88, mas sabemos também que há muito o que fazer", observou, citando, entre outros dados, que há em Santa Catarina cerca de 600 mil adolescentes atuando informalmente nos afazeres domésticos por conta de relações familiares.

Informalidade

- Existem 6 milhões de empregadas domésticas no país, representando 18% da ocupação feminina.
- Em Santa Catarina, elas somam 164 mil.
- Deste total, apenas 48 mil têm carteira assinada.
- Em 2004, a informalidade abrangia 29,3% do total das trabalhadoras.
- Em 2004, o salário médio

de uma doméstica em Santa Catarina era de R\$ 277, e no Brasil, R\$ 246.

– 4 mil menores exercem trabalhos domésticos em Santa Catarina.

– 36 mil domésticas trabalham além da jornada legal de oito horas diárias no estado.

– 50% permanecem no emprego até um ano.

*Dados do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e de pesquisa do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE)